

LUTA POR DIREITOS

Preparar a campanha salarial e retomar a mobilização pela isonomia!

*STU voltou a cobrar da reitoria da Unicamp cumprimento dos compromissos assumidos com a categoria * Coordenação do Fórum das Seis aponta a luta pela isonomia entre as três universidades paulistas como um dos principais pontos da campanha salarial deste ano.*

No último dia 3 de fevereiro, diante do silêncio da reitoria sobre o descumprimento do calendário de efetivação da isonomia salarial com a USP, a direção do STU encaminhou novo ofício ao gabinete de José Tadeu Jorge cobrando uma reunião para discutir o assunto. O prazo com o qual o reitor se comprometeu em 2013 vence no dia 19 de abril. E logo depois do carnaval a categoria iniciará o processo de discussão, com reuniões nas unidades, para construção da mobilização pela isonomia e a campanha salarial.

A diretoria do sindicato questionou: 1) quantos funcionários receberiam e o que significa, em termos orçamentários, a primeira e a segunda referências no piso; 2) quais funcionários ficariam de fora das referências do processo avaliatório, quantos receberiam e qual o montante comprometido com essa referência; 3) qual o comprometimento total das etapas acima; e 4) findo o processo que estava comprometido para 2014, quantos funcionários (por nível) ainda não teriam alcançado a isonomia e qual o valor necessário para atingir a isonomia com a USP?

Até o fechamento desta edição a reitoria não havia se manifestado. Após ser cobrado novamente em público, na reunião da CAD deste dia 10, o reitor se comprometeu a encaminhar os dados solicitados pelo sindicato, que continua aguardando e cobrando.

É hora de reorganizar a luta para garantir a efetivação dessa conquista.

Isonomia no centro da pauta do Fórum das Seis

A reunião do Fórum das Seis ocorrida no último dia 5 indicou a realização de assembleias nas universidades na primeira semana de março para iniciar a discussão sobre a Campanha Salarial 2015, que tem como um dos pontos de reivindicação central a isonomia salarial. Na reunião foi debatido o Decreto 61.061, de 16 de janeiro, pelo qual o governador Geraldo Alckmin contingenciou verbas de várias secretarias em 2015. Dois dias antes do referido decreto (em 14 de janeiro) foi sancionada a lei 15.685, que aumentou os vencimentos de Alckmin e seus secretários.

O Fórum trabalha para iniciar junto ao Conselho de Reitores as negociações relativas à data-base e ao funcionamento dos grupos de trabalho criados por força da greve unificada do ano passado (um para discutir os parâmetros de isonomia entre as três universidades, e o outro sobre diretrizes para a política de permanência estudantil). As entidades querem entregar a pauta unificada ao Cruesp até o fim de março, para que a negociação ocorra em abril, conforme acordo entre o Cruesp e o Fórum. Além da questão salarial, o Fórum quer debater com os reitores a dotação orçamentária, a defesa dos hospitais universitários e do emprego, a extensão do auxílio alimentação para os aposentados, o fim das terceirizações e da criminalização das lutas, permanência estudantil, entre outros pontos.



Parcelas da isonomia não cumpridas pela reitoria

- ▶ 01 referência para cada funcionário a partir 01/10/2014;
- ▶ 01 referência para 20% dos funcionários, no processo avaliatório de 2014;
- ▶ 02 referências devidas nos pisos dos níveis Médio e Superior;
- ▶ Assegurar que a terceira etapa do processo de isonomia se efetivará antes da data-base de 2015, igualando os pisos com os valores praticados na USP e adequando a distribuição dos enquadramentos ao longo das faixas de cada nível da carreira.

Eleição para o Conselho de Representantes (CR)

Entre os dias 23 de fevereiro e 29 de maio o STU realizará o processo de eleição para escolha dos representantes de unidades ao Conselho de Representantes. O processo acontecerá de acordo com a demanda dos locais de trabalho. Para isso, os candidatos devem se apresentar ao sindicato, e só então será aberto o processo eleitoral na respectiva unidade. As exceções serão as unidades do HC, onde, devido às especificidades dos serviços, será organizado um calendário específico de votação no período mencionado acima.

Podem se candidatar todos os que tiverem pelo

menos três meses de associação antes da realização das eleições. O pleito será para um “mandato-tampão”, já que o processo corresponde à gestão 2013/2015, que tem novas eleições previstas para o final deste ano.

O candidato deverá se inscrever pessoalmente na sede do STU, mas a ficha de inscrição será disponibilizada no site do sindicato no início do processo eleitoral.

O CR é uma instância fundamental da organização da categoria porque é o elo entre a diretoria e os locais de trabalho.

Judiciário declara Funcamp instituição de direito público

Em julgamento recente, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região decidiu que funcionários contratados pela Funcamp mediante processo seletivo têm direito à estabilidade prevista no artigo 41 da Constituição Federal. A base jurídica do tribunal é que a Funcamp é uma fundação pública (embora o estatuto diga que é fundação de direito privado) porque gere serviços estatais e contrata recursos humanos para a Unicamp, que é uma autarquia estadual. No julgamento do processo 0138900-21-2009-5-15-0093, o TRT-15 entende que a Fundação “já obedece a exigência de contratação por concurso público, apesar de denominá-lo processo seletivo”.

Sendo assim, qualquer dispensa de funcionário que ocupa emprego público deve ser precedida de processo administrativo com respeito ao direito de ampla defesa e motivação prevista em lei.

O STU sempre defendeu este entendimento e criticou o modelo de terceirização adotado pela Unicamp seguir o que foi iniciado pelos governos tucanos nas organizações sociais (OSS), precarizando as relações de trabalho. A Funcamp e a Unicamp perderam o recurso à sentença de primeira instância no julgamento do Tribunal, mas ainda devem recorrer a instâncias superiores.

O STU continuará acompanhando a questão.

Reunião discute linha 2.10 dia 25 ao meio-dia no STU

A diretoria do STU convida todos os usuários da linha 2.10 (Terminal Campo Grande/Terminal Barão Geraldo) prejudicados com a alteração de trajeto que exclui a Unicamp a participar de uma reunião na próxima quarta-feira (25 de fevereiro), às 12 horas na sede do STU, para discutir a situação e propostas a serem apresentadas à empresa responsável pela linha e à Universidade.

A direção do sindicato solicitou informações à Prefeitura do Campus, que afirmou que a Emdec comprometeu-se a responder formalmente à Unicamp e ao STU, mas adiantou que os argumentos da empresa para a mudança na linha são: a distância muito longa percorrida; que os motoristas não estavam conseguindo cumprir o tempo de duas horas e 40 minutos estabelecido para o trajeto; e o trânsito nos horários de pico nas entradas das Universidades (Unicamp e PUCC Campus I). Com os atrasos nos horários a empresa era multada e não assegurava o descanso dos motoristas, recebendo reclamações do Sindicato dos Condutores pelo desrespeito ao intervalo de 18 minutos entre uma viagem e outra. Além disso, a companhia alega que “só 20%” dos passageiros tinham como destino a Unicamp.

A Emdec propõe manter a ligação até o terminal de Barão Geraldo, duplicando as linhas alimentadoras para a Unicamp.

O STU reforça a necessidade de construir uma reivindicação com o conjunto dos usuários pertencentes à comunidade universitária para avançar nesta pauta.

ATENÇÃO: Servidor que tem conta no BB deve verificar descontos indevidos

O sindicato recebeu denúncias de alguns servidores que vêm tendo descontos diretamente em suas contas correntes do Banco do Brasil uma parcela fixa mensal. De acordo com os trabalhadores que entraram em contato, não teria sido concedida por eles autorização para tal débito, em favor de uma entidade denominada Associação Mútua de Assistência ao Servidor Público Federal, Estadual e Municipal (AMASP). O Banco, no entanto, informa até mesmo em sites de reclamação contra golpes na internet e também a servidores que procuraram a agência da Unicamp, ter

recebido documento encaminhado pela referida associação autorizando o desconto.

Para cessar o débito indevido, o servidor deve verificar seus extratos bancários, se dirigir à agência onde tem conta e solicitar o bloqueio de cada um dos débitos (em alguns casos há programação de desconto da referida parcela em conta até o ano de 2016).

Trabalhadores que tenham conta em outros bancos também devem conferir seus extratos bancários. Em caso de dúvidas, mais esclarecimentos podem ser fornecidos pelo departamento Jurídico do STU.